



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

Setor de Compras e Licitações

Processo Licitatório: 085/2019

Assunto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde (RSS), conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico.

Reportando-me à Impugnação interposta pela empresa **SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA**, CNPJ nº 05.266.324/0001-90, contra o edital do Pregão Presencial nº 052/2019, cujo objeto visa a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde (RSS), conforme especificações do Termo de Referência/Projeto Básico, temos a expor o que segue:

1. DA ALEGAÇÃO

Em síntese, a Impugnante alega o que segue:

Conforme se extraí do edital ora impugnado, o Administrador vedou a subcontratação total e parcial por parte do vencedor do certame, vide item 22.7:

Ora, data máxima vênia, razão não assiste à Administração Pública em vedar a subcontratação, sob o argumento de que tal prática traria insegurança jurídica, caso houvesse necessidade de acionar o judiciário.

Isto, pois, em caso de qualquer desentendimento que enseje no acionamento do judiciário, poderá a Administração Pública acionar diretamente o contratado, que se responsabiliza pelos serviços prestados pelo subcontratado.

Ademais, a própria lei 8.666/1993 possibilita a subcontratação por parte do contratado.

O próprio legislador admite tal prática, por entender que não enseja em insegurança jurídica para a Administração Pública, que em qualquer caso poderá acionar o judiciário em face do contratado, que é o garantidor da prestação dos serviços.

Nesse mesmo sentido, é o entendimento da doutrina quando se trata de subcontratação:

“A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. (Pág. 791, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, Marçal Justen Filho, 2009).”

De tal modo, resta claro que a subcontratação não gera qualquer insegurança jurídica à Administração Pública, razão pela qual, pugna a Impugnante pela reforma do edital, a fim de que se retire a vedação dada pelo item 22.7.



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

Setor de Compras e Licitações

2. DO PEDIDO

Requer seja conhecida e acolhida a presente Impugnação, para retificar o edital no item 22.7, a fim de atribuir maior segurança à Administração Pública e à sociedade de que seu objeto será de fato cumprido.

3. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

A Impugnação é tempestiva, uma vez que atende ao requisito temporal previsto no item 3.7 do Edital do Pregão Presencial nº 052/2019 e no artigo 18, caput, do Decreto 5.450/2005.

4. DA ANÁLISE

Segundo a douta lição do egrégio Tribunal de Contas da União, em sua obra “Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, diz que: **“Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado.”** (4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Analisando detidamente o disposto na Lei nº 8.666/93, extraem-se quatro importantes aspectos da subcontratação:

1. **A decisão acerca de sua admissão, ou não, constitui mérito administrativo;**
2. **A Administração deve estabelecer os limites máximos para subcontratação, quando admiti-la, sendo vedada a subcontratação total do objeto;**
3. **Deve ser prevista expressamente no edital e no contrato;**
4. **O contratado permanece responsável pelas obrigações contratuais e legais, não se confundindo com a sub-rogação prevista nos artigos 346 a 351, do Código Civil.**

Assim, verifica-se, primeiramente, que a admissão de subcontratação, ou não, constitui decisão administrativa de cunho técnico e/ou administrativo. Com efeito, a Administração contratante definiu no item 10.1 do Edital do Processo Licitatório 085/2019 a vedação da subcontratação do objeto da licitação.

Observa-se os motivos alencados pela empresa **SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA**, as quais “razão não assiste à Administração Pública em vedar a subcontratação, sob o argumento de que tal prática traria insegurança jurídica, caso houvesse necessidade de acionar o judiciário.

Nessa disposição, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que **a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração** (art.



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

Setor de Compras e Licitações

3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010).

Fato observado por essa administração, o qual consultou o mercado, e por meio de cotações, anexadas aos autos do processo licitatório, auferiu 3 (três) empresas, as quais, apresentam orçamentos de acordo com as cláusulas do edital, sem opção de subcontratação, com preço compatível ao praticado usualmente no meio privado e constatando a existência de ampla concorrência para o objeto a ser licitado. Não obstante, cabe à Administração o juízo de conveniência, oportunidade, análise da possibilidade técnica e da viabilidade em se admitir ou não a subcontratação.

Com efeito, vale ressaltar, que parte da doutrina entende que a possibilidade de subcontratação total configura negação ao procedimento licitatório e fere o Princípio da Igualdade, bem como afronta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, pois, caso fosse admitida, configuraria forma de se ludibriar a própria licitação em si, adjudicando-se o objeto contratual a não participante do certame.

5. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, recebo a Impugnação interposta, considerando ter sido apresentada de forma tempestiva, para no mérito negar-lhe provimento, em face de sua improcedência, e consequentemente mantendo-se inalterado os termos do Edital do Pregão Presencial n.º 052/2019.

Carmo do Paranaíba-MG, 17 de setembro de 2019.

Simeire Silva Moreira Cunha
Pregoeira